

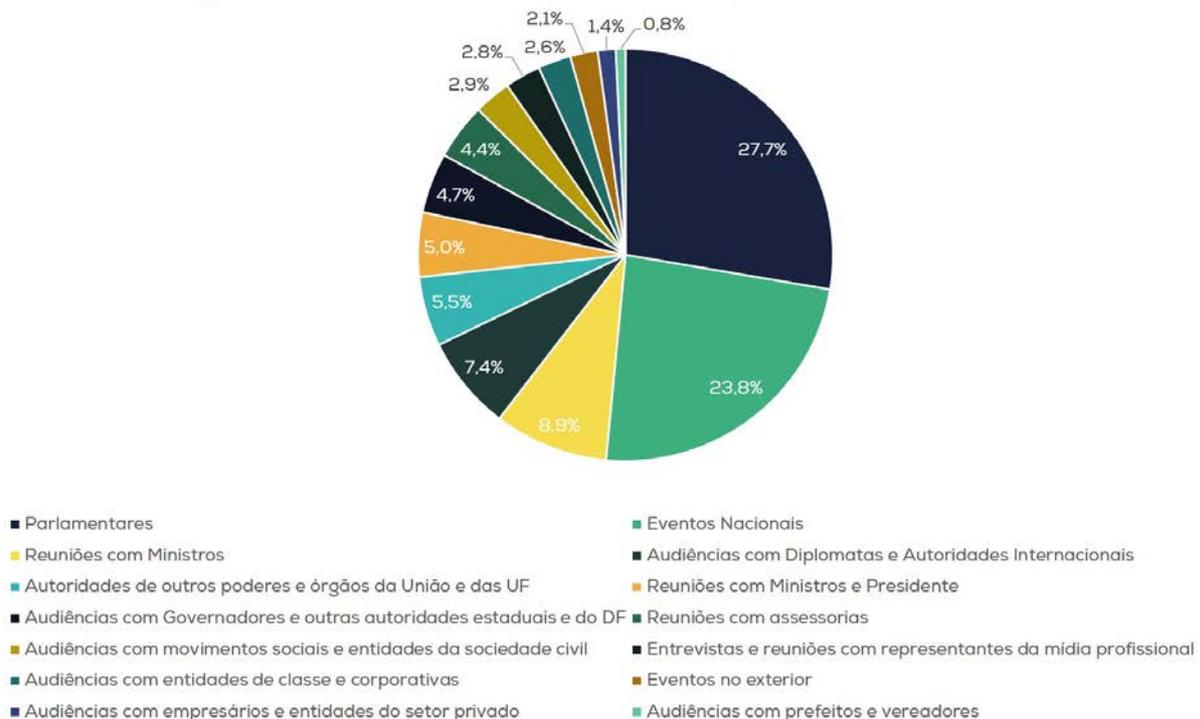
# Balanço das agendas do presidente Bolsonaro, do ministro Sergio Moro e do Congresso Nacional na segurança pública em 2019

## Agendas de autoridades e a pauta legislativa revelam os caminhos da segurança pública no primeiro ano da gestão Bolsonaro

A agenda de Sergio Moro deste ano ganhou um tom mais político do que técnico em termos de segurança pública. De janeiro a 15 de dezembro, os congressistas ocuparam cerca de 27% da agenda do ministro, na ideia de aprovar o seu Pacote “Anticrime” na íntegra, o que acabou não acontecendo. O ministro também investiu na ida em eventos nacionais: aproximadamente 23% de seus compromissos envolviam eventos, movimentando os atores do setor da segurança pública.

Além disso, o número de encontros com outras organizações das esferas federais e estaduais foi reduzido. Os encontros com outros ministros representaram 8% do total, enquanto as demais autoridades da esfera federal somaram cerca de 5% da agenda do ministro. Já os compromissos com as autoridades estaduais, principais atores na organização da segurança pública no Brasil e responsáveis diretos pela queda de cerca de 22% dos homicídios no país, representam apenas 4% da agenda. Esta perspectiva mostra que Sergio Moro teve pouca interferência cotidiana para além da esfera federal. Sua influência foi, contudo, muito mais de retórica política.

### Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 01/01 e 15/12



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pelo Ministério da Justiça. Foram excluídos deslocamentos e reuniões internas na análise.

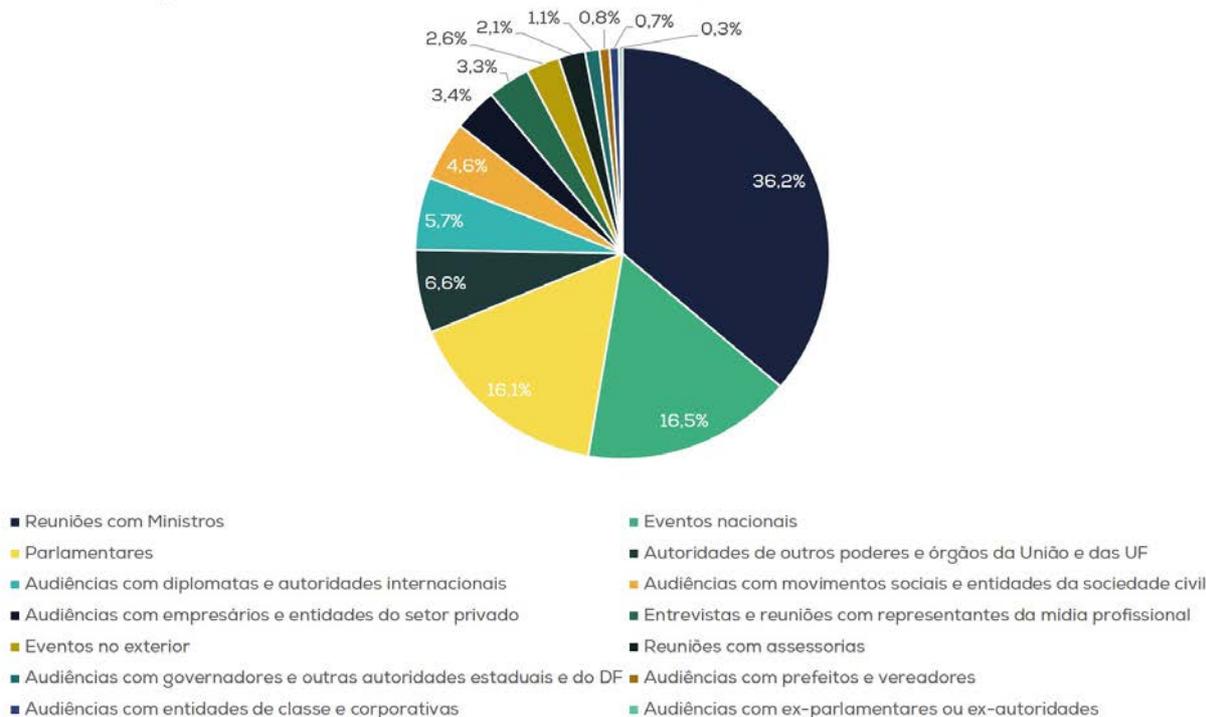
Já o presidente Jair Bolsonaro teve uma agenda mais concentrada na orientação de seus ministros, configurando cerca de 36% dos compromissos. Bolsonaro se reuniu 146 vezes com o Ministro-Chefe da Segurança Institucional, General Heleno, entre reuniões exclusivas e com outros participantes. Houve pelo menos três reuniões com o General e Carlos Bolsonaro, seu filho e vereador no Rio de Janeiro. Chama a atenção a presença incomum de um vereador (cargo municipal) em uma reunião do Presidente e seu chefe da segurança institucional. Em outras ocasiões, o encontro teve a presença de delegados de Polícia Federal.

Ao contrário de Sergio Moro, Jair Bolsonaro priorizou bem menos os encontros como parlamentares, ocupando apenas 16% da agenda, entre deputados e senadores. A maioria deles é de seu antigo partido (PSL). No segundo semestre, a agenda do presidente

com seu Ministro da Justiça e Segurança Pública se intensificou, com a presença, entre outros, do Diretor-Geral da ABIN e o presidente da FUNAI. Embora este último órgão esteja vinculado ao ministério de Sergio Moro, diversos encontros com a FUNAI se deram apenas com a presença do General Heleno ou representantes do Ministério do Meio Ambiente, o que explica o tom com que a questão ambiental e indígena foi tratada pelo governo federal neste ano.

O contato com os ativistas das redes sociais também se manifestou na agenda do presidente. Allan dos Santos, influenciador digital e uma das principais figuras investigadas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre as chamadas Fake News, também foi recebido pelo presidente, em fevereiro e em dezembro. A CPMI investiga o uso de recursos de mídias digitais para espalhar notícias falsas que beneficiam Bolsonaro. Bolsonaro também teve reuniões com representantes de associações de Policiais Militares, em uma sinalização de que o relacionamento com as tais polícias, que são geridas pelos Governadores, é uma prioridade presidencial.

### Agenda oficial do Presidente da República, entre 01/01 e 15/12



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pela Presidência da República. Foram excluídos deslocamentos e reuniões internas na análise.

### Legislativo

Na reta final antes do recesso legislativo, o Congresso Nacional concluiu a votação de uma das propostas mais aguardadas de 2019: a da nova previdência dos militares. Durante a maior parte do ano, o PL 1645/2019 ficou sob análise da Câmara, que fez algumas modificações ao texto encaminhado pelo Presidente Jair Bolsonaro. No Senado, a matéria foi votada rapidamente por um acordo costurado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP), e os líderes partidários.

Entre os principais pontos do texto, sancionado recentemente pelo Presidente, estão a ampliação do tempo de serviço de 30 anos para 35 anos e o aumento gradual da alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5%. As mudanças valem tanto para os membros das Forças Armadas, quanto para os policiais militares e os bombeiros estaduais.

Além da reforma da previdência dos militares, o Congresso Nacional se debruçou, ao longo de 2019, sobre outras matérias dentro da agenda de segurança pública. O Congresso aprovou, por exemplo, o projeto de lei (PL) que tratava do pacote anticrime e a proposta de emenda à Constituição (PEC) que criou as polícias penais. Na Câmara, projetos que aumentam penas (como para maus-tratos de animais) e que regulamentam o porte de armas foram debatidos e aprovados pelo plenário. No Senado, um dos destaques foi o projeto de lei que acaba com a pena de prisão disciplinar para policiais militares e bombeiros. Também foi aprovado um PL com previsão de aumento de pena, mas para torcidas violentas.

Do total de proposições (projetos de lei ordinária, complementar e propostas de emenda à Constituição) apresentadas na Câmara em 2019, apenas 4% (342) tratam sobre temas de defesa e segurança pública. Os assuntos dessas proposições incluem medidas de combate à violência contra a mulher, regulamentação do porte de armas e alteração na função dos agentes das forças de segurança, entre outros.

Em termos de discussão, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara, realizou um total de 38 audiências públicas ao longo do ano. Entre os principais temas desses eventos, destacam-se as discussões sobre tecnologia e segurança, a apresentação de programas estaduais de segurança pública e os debates sobre aspectos da carreira dos integrantes das forças segurança.

*O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as seguintes agendas:*

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-5sh6t-ksois-hzpdb-9jmac-oybeg-jbp gn-8se7r-x3j4c-xbtvs-yg7br-kfeh3-zkean-x5q3e-rebh6-9d9fm>

